



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Melhorar as instalações sem barreiras arquitectónicas em Macau, consolidar as bases legais para a construção de um ambiente livre de barreiras e elevar o conhecimento correcto da sociedade sobre os deficientes visuais

A fim de construir uma cidade saudável e um centro mundial de turismo e lazer, bem como concretizar o “Planeamento dos Serviços de Reabilitação da Região Administrativa Especial de Macau para o Próximo Decénio (2016-2025)” (adiante designado por “Planeamento”), em 2018, o Governo da RAEM publicou as “Normas arquitectónicas para a concepção de design universal e livre de barreiras na RAEM” (doravante designadas por “Normas”)¹, atendendo assim às necessidades das pessoas portadoras de diferentes tipos de deficiência em relação aos serviços sem barreiras. Nos últimos anos, para satisfazer as necessidades de deslocação dos deficientes visuais, os serviços competentes construíram várias instalações nas vias públicas de Macau, a fim de criar um ambiente livre de barreiras arquitectónicas.

No entanto, segundo alguns deficientes visuais, alguns dos pavimentos direccionais tácteis instalados nas diversas zonas de Macau (adiante designadas por ladrilhos tácteis) apresentam deficiências ao nível da concepção e outros são tapados por objectos deixados no chão, por isso, este tipo de equipamento não consegue surtir os devidos efeitos, ou seja, apoiar os deficientes a deslocarem-se

¹ Grupo de trabalho sobre as “Normas Arquitectónicas para a Concepção de Design Universal e Livre de Barreiras na RAEM”, “Normas Arquitectónicas para a Concepção de Design Universal e Livre de Barreiras na RAEM”, Dezembro de 2017, página 1.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

com segurança e a identificarem a direcção. As pessoas em causa solicitaram várias vezes a optimização da colocação dos ladrilhos tácteis nas diversas zonas de Macau, mas as autoridades afirmaram que muitas ruas de Macau eram estreitas, e que a colocação de ladrilhos tácteis podia ser um obstáculo à circulação das pessoas em cadeiras de rodas ou com carrinhos de bebé, e que iam estudar as condições para a instalação quer de corrimãos-guia quer de equipamentos de apoio à mobilidade dos deficientes visuais nas paredes.²

Além disso, segundo as informações sobre a aplicação móvel da “localização de autocarros para deficientes visuais”, até Junho de 2024, esta só estava instalada em 15 carreiras, ou seja, em 350 autocarros, e mesmo contando com os 100 autocarros que vão ser equipados com esta aplicação este ano, a cobertura é de apenas 40%³, portanto, há ainda uma certa distância até se chegar à cobertura total, ou seja, a todos os autocarros públicos. Na realidade, os deficientes visuais querem usar a referida aplicação para apanhar o autocarro de uma determinada carreira, mas como, por vezes, as empresas de autocarros trocam os veículos, e estes não dispõem da aplicação em causa, os deficientes visuais não conseguem fazê-lo. Os motoristas dos autocarros públicos apoiam os deficientes a entrar e sair dos veículos, mas no caso dos invisuais, se eles não apresentarem deficiências notórias, muitos

² TDM - Teledifusão de Macau, S.A.: “Instituto para os Assuntos Municipais estuda a revitalização do Mercado de S. Domingos”, 9 de Outubro de 2024, <https://www.tdm.com.mo/zh-hant/news-detail/1017603?isvideo=&lang=zh-hant&shortvideo=0&category=all>

³ Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China: Resposta (da DSAT) à interpelação escrita sobre “Melhorar a mobilidade das pessoas portadoras de deficiência visual e construir um ambiente livre de barreiras arquitectónicas”, <https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2024-08/4829166b1dd2430145.pdf>



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

trabalhadores da linha da frente, incluindo os motoristas, ou até os outros residentes, não lhes prestam apoio por não se aperceberem de imediato das necessidades.

É de salientar que, em Setembro deste ano, a Comissariado de Auditoria divulgou o relatório de auditoria de resultados sobre as “Instalações pedonais sem barreiras para pessoas com deficiência visual” (adiante designado por “relatório de auditoria”), segundo o qual, foram verificados vários problemas ao nível do planeamento, comunicação e execução dos trabalhos levados a cabo pelos dois grupos interdepartamentais competentes, ao que se junta a incerteza do conteúdo dos projectos do Planeamento, por isso, mesmo que os serviços competentes tivessem executado os trabalhos de acordo com o projectado, as instalações construídas podiam não surtir o efeito desejado em termos de eficácia na deslocação de pessoas com deficiência visual. Constatou-se o seguinte: as instalações construídas no âmbito do Planeamento não tinham ligação por pavimento táctil de orientação, os locais públicos de maior frequência não tinham pavimento táctil de orientação e existiam zonas da cidade que não estavam ligadas através de pavimento táctil de orientação.⁴

Os referidos factores afectam as deslocações diárias dos deficientes visuais, e demonstra ainda que os trabalhos desenvolvidos em Macau para a construção de uma cidade livre de barreiras, ao nível quer de políticas, planeamento e andamento quer de *hardware* e *software*, estão, de certa forma, aquém das expectativas da sociedade. O Governo deve então, no próximo ano, quando chegar ao fim o prazo de

⁴ Comissariado da Auditoria da Região Administrativa Especial de Macau: relatório de auditoria de resultados sobre as “Instalações pedonais sem barreiras para pessoas com deficiência visual”, página 2.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

dez anos do Planeamento, proceder a uma avaliação detalhada das insuficiências apontadas pelo Comissariado de Auditoria e das dificuldades que os invisuais enfrentam no dia-a-dia, no sentido de proceder, o mais rápido possível, à optimização e ao ajustamento do Planeamento da próxima fase, promovendo, em conjunto, a construção de uma comunidade inclusiva e sem barreiras.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. O relatório de auditoria apontou vários problemas, nomeadamente, as instalações construídas no âmbito do Planeamento não tinham ligação por pavimento táctil de orientação, os locais públicos de maior frequência não tinham pavimento táctil de orientação e algumas zonas da cidade não estavam ligadas através de pavimento táctil de orientação. De facto, os deficientes visuais solicitaram várias vezes a optimização da colocação dos ladrilhos tácteis nas diversas zonas de Macau, só que as autoridades afirmaram que muitas ruas de Macau eram estreitas, que a colocação de ladrilhos tácteis podia ser um obstáculo à circulação das pessoas em cadeiras de rodas ou com carrinhos de bebé, e que iam estudar sobre as condições para a instalação quer de corrimãos-guia quer de equipamentos de apoio, nas paredes, à mobilidade dos deficientes visuais^{2 4}. Esse estudo já teve início? Mais, segundo as autoridades, com vista a melhorar o ambiente livre de barreiras em Macau, o IAM vai proceder à adjudicação do “Estudo para o plano de optimização de deslocação sem barreiras em Macau”, para proceder a uma análise profunda sobre os passeios de Macau que não reúnem condições para a instalação de equipamentos sem barreiras arquitectónicas, bem como a um estudo e planeamento sobre a actual rede do sistema pedonal sem barreiras e a ligação dos percursos de deslocação, e



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

neste momento, está a desenvolver os trabalhos de apreciação das respectivas propostas⁵. Já há resultados concretos para divulgar à sociedade?

2. O prazo de dez anos do Planeamento termina no próximo ano. Segundo as autoridades, o Grupo Director Interdepartamental já discutiu sobre a próxima fase de elaboração do referido planeamento, que vai incidir no desenvolvimento da tecnologia inteligente, da criação de condições de acessibilidade e de um ambiente inclusivo, no sentido de promover a autonomia, a participação igualitária e o desenvolvimento holístico das pessoas com deficiência. No Planeamento da próxima fase devem constar medidas para reforçar o mecanismo de comunicação com as instituições de reabilitação, as organizações da respectiva área e os representantes das pessoas com deficiência, especialmente para recolher, de forma ampla e precisa, as solicitações dos respectivos grupos antes da elaboração das medidas, no sentido de promover, em conjunto, a construção de instalações livres de barreiras arquitectónicas em Macau. Que medidas eficazes é que constam desse Planeamento? Além disso, em Junho do ano passado, o nosso país promulgou a “Lei da construção de ambiente sem barreiras da República Popular da China”, que define normas abrangentes e sistemáticas sobre a construção de um ambiente livre de barreiras arquitectónicas, e visa aperfeiçoar o planeamento dessa construção. Macau vai tomar como referência os critérios nacionais e criar uma lei específica, com vista a

⁵ Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China: Resposta (do IAS) à interpelação escrita sobre “Construir uma cidade livre de barreiras”, <https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2024-04/546676614c46abcbfb.pdf>



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

consolidar as bases legais para a construção de instalações livres de barreiras arquitectónicas?

3. Segundo alguns deficientes visuais, quer a Administração Pública quer as entidades dos serviços públicos prestam apoio às pessoas com deficiência, por exemplo, apoiam-nas na entrada e saída dos veículos, mas alguns deficientes visuais não apresentam deficiências visíveis, ou seja, as suas deficiências não são facilmente perceptíveis no dia-a-dia, e acabam por não receber apoio. Face a esta situação, as autoridades devem organizar acções de formação sistemáticas para os serviços públicos e as entidades de utilidade pública, etc., e reforçar a respectiva divulgação na comunidade, para aumentar o conhecimento do pessoal da linha da frente, nomeadamente dos trabalhadores dos postos fronteiriços, pessoal dos balcões, motoristas dos autocarros públicos e chefes de paragens, sobre as necessidades dos deficientes visuais, para a sociedade obter informações correctas e prestar assim apoio mais adequado às pessoas em causa no seu dia-a-dia. Vão fazê-lo?

18 de Outubro de 2024

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Lei Leong Wong**